



Projeto de extensão Parlamento Jovem e educação cidadã: segurança pública e direitos humanos

Alexandre Melo Franco de Moraes Bahia¹

Rainer Bomfim²

Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo

O “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” é um dos projetos de extensão do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O projeto tem um duplo objetivo: o primeiro é a conscientização de estudantes do ensino médio sobre o funcionamento dos três poderes e a promoção da participação política dos jovens no meio social; o segundo é o desenvolvimento de capacidades de percepção dos problemas que envolvem a comunidade que os rodeia por parte dos estudantes do curso de direito da UFOP. A metodologia utilizada pelo projeto é a “pesquisa-ação” que os extensionistas e os alunos do ensino médio constroem de modo cooperativo e participativo instrumentos que possam modificar a realidade estudada.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Legislativo; Cidadania; Direitos Humanos; Educação cidadã.

Introdução

O projeto "Parlamento Jovem e Educação Cidadã" faz parte do programa Núcleo de Direitos Humanos, do Departamento de Direito da UFOP. Surgiu em 2011 com o objetivo de estimular a formação política e cidadã de estudantes de ensino médio das escolas de Ouro Preto, por meio de atividades que os levassem a compreender melhor o funcionamento e a organização do Poder Legislativo e da política nacional, através de

¹ Doutor em Direito Constitucional pela UFMG; Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto e do IBMEC-BH; Bolsista de Produtividade do CNPq. Coordenador Docente do NDH-UFOP.Email:

² Graduando em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenador Discente do NDH-UFOP. Agência de Financiamento: Universidade Federal de Ouro Preto. Email:



oficinas, palestras e visitas técnicas, além da participação regular no programa Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Desde então, o projeto busca estimular nos jovens interesse pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da democracia, por meio de mecanismos de participação popular. A ação extensionista tem duplo resultado: de um lado, os discentes do curso de Direito desenvolvem suas competências com sensibilidade à realidade que os rodeia, e de outro, a comunidade participa de forma efetiva da atuação da universidade. São membros do Parlamento Jovem os monitores do curso de Direito, em trabalho conjunto com os monitores da Câmara Municipal de Ouro Preto, e os alunos da Escola Estadual Desembargador Horácio Andrade, Escola Estadual de Ensino Médio de Amarantina, Escola Estadual Padre Afonso de Lemos e Escola Estadual Isaura Mendes.

Ao longo do presente ano, as oficinas foram realizadas quinzenalmente, cumprindo com a finalidade de elucidar conceitos jurídicos, esclarecer didaticamente o conteúdo contemplado e realizar dinâmicas que desenvolvam habilidades diversas, como oratória e análise crítica dos problemas comunitários. As reuniões internas ocorreram semanalmente, quando os monitores elaboraram a estrutura das oficinas e estudaram os temas, atinentes às disciplinas Direito Constitucional, Ciência Política e Sociologia Jurídica. Todos os anos as atividades são norteadas pelo calendário estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que define os temas de trabalho - sendo o atual "Direitos Humanos e Segurança Pública" - para a formulação de propostas pelos próprios alunos, as quais podem se tornar, como de fato o foram, projetos de lei futuramente.

Metodologia

O Projeto Parlamento Jovem e Educação Cidadã trabalha com o viés da pesquisa-ação, uma vez que busca, através de suas atividades, interagir com as demandas da comunidade local, abordando temas políticos relevantes que fazem parte do cotidiano dos moradores do município de Ouro Preto, Minas Gerais.

Segundo Medeiros e Marques,

O projeto se viabiliza com a definição anual de temas e subtemas estratégicos, que são objeto de estudos e de proposições por parte dos grupos de alunos inscritos, por meio das escolas de ensino médio participantes em suas edições. Os temas são definidos a partir das



sugestões das escolas, dando prioridade àqueles de abrangência social passíveis de constarem da pauta política do Legislativo por serem recorrentes na sociedade. (MEDEIROS, R. P.; MARQUES, M. E., 2012 P. 12)

Nota-se que a forma tradicional do ensino jurídico envelheceu, sendo que se pensa e se ensina uma falsa noção da sociedade, considerando esta estável, tendo um tipo de Direito tido como impositivo que claramente não apresenta o desejo da sociedade. (GUSTIN, Miracy B.)

Assim, o Parlamento Jovem Ouro Preto adota uma metodologia diferenciada da tradicional, sendo que essa ensina aos extensionista uma nova forma de ver e conceber o saber jurídico, afastando os métodos positivistas convencionais ligados a academia. A forma é a “pesquisa-ação”, sendo que esta foi desenvolvida pelo professor Michel Thiollent. A metodologia adotada para as ações do projeto é uma forma de atuação dinâmica em que os extensionistas investigam juntos com os atores sociais a situação concreta, sendo que todos participam do processo de construção do projeto. Como é ilustrado na citação:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT,1985: 14)

A metodologia adota contribui para que o estudante de Direito junto aos alunos das escolas de ensino médio a questionarem o papel dos Três Poderes nas suas diferentes esferas repensem em qual é a forma que o Direito deve ser colocado na sociedade, pois o projeto viabiliza que estudantes possam mostrar em qual sociedade eles estão inseridos e sobre qual sociedade eles querem estar. Sobre esse mesmo pensamento foi dito pelas autoras Gustin e Dias:

“Cabe ao cientista do Direito, um papel de reflexão sobre o objetode suas investigações, no sentido de transformar e redefinir o papel do Direito na sociedade” (GUSTIN, DIAS, 2006, p. 3)

Objetivos do projeto



O projeto “Parlamento Jovem e Educação Cidadã” tem seus objetivos que superam os limites da Universidade e promovem um contato com a sociedade como um todo, seja nas escolas ou nas diversas parcerias firmadas ao longo da sua trajetória. Mas algumas metas em comum são a formação de cidadãos mais conscientes e proativos com as demandas do seu *locus* social que busquem a melhoria de toda a comunidade onde esses estudantes vivem. O Projeto procura construir/disseminar conhecimentos sobre política e competências dos poderes (principalmente dos legislativos em seus três níveis) e, com isso, gerar cidadãos mais conscientes de seu papel como atores na *res publica*. Procura-se, com isso, aproximar a política institucionalizada dos cidadãos que são não apenas seus destinatários mas, em um Estado Democrático de Direito, também os seus autores, de forma original.

O Direito não apenas possibilita que tenha curso a ação comunicativa, mas também possui o poder de conter ações estratégicas (isto é, orientadas apenas ao próprio êxito). Ele aparece, então, como coerção (facticidade), mas também como conjunto de normas legítimas (validade), de forma que os destinatários das normas podem obedecê-las por lhes reconhecer sua validade, ou então simplesmente por temer a coação. A validade do Direito advém do reconhecimento, por parte dos destinatários das normas, como também, sendo normas feitas por eles (através de seus representantes) – o processo legislativo é o meio institucional através do qual se gera “solidariedade social”, de forma que a possibilidade de obtenção de consenso pode se dar não porque todos concordem sobre (isto é, compartilhem) certos valores, mas porque concordam sobre a forma (o procedimento) de discordar . (SIMONI, BAHIA, 2009, p.84)

O projeto, através das suas diversas etapas, aposta nos jovens de ensino médio e superior como construtores de uma sociedade consciente, por isso em suas atividades eles buscam ensinar e debater sobre a organização dos Poderes da República, em especial o Legislativo, e o tema que é definido pelos estudantes na Etapa Estadual do ano anterior, que sempre é algo relacionado com a realidade do jovem cidadão. Em 2015, como já adiantado, o tema foi Segurança Pública e Direitos Humanos. Uma das principais funções é conscientizar os alunos de que em uma sociedade democrática e plural todos têm o direito de se expressar, de lutar pelo bem comum. Então, o Parlamento Jovem tem o objetivo de formar cidadãos autônomos, críticos e propagadores de uma cultura democrática.

Estimular o jovem é investir no dia de amanhã e acreditar que o seu potencial pode ser transformado em ações modificadoras da sua realidade, que vise a construção de uma sociedade mais justa, com maiores oportunidades e também promova bem-estar social, criando-se um ambiente onde as pessoas possam se sentir seguras e possam realizar projetos pessoais e coletivos de vida boa.

Entre tantos outros objetivos presentes no Parlamento Jovem, levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e, por conseguinte o seu estado, pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões pertinentes para a comunidade é um dos objetivos iniciais e fundamentais. Na edição de 2015 o projeto buscou estimular os alunos a pesquisarem sobre a realidade pertinente à segurança pública e direitos humanos no município de Ouro Preto e nos distritos de Amarantina e Cachoeira do Campo para discutir os problemas enfrentados; também houve o estímulo de pensar em soluções que pudessem suprir as deficiências encontradas pelos estudantes em suas análises, de forma que fossem capacitados para uma participação qualitativamente melhor.

O projeto vai além de analisar a situação da cidade dos alunos, mas também busca estimulá-los a ir à busca de melhorias que acrescentem positivamente à manutenção dos ambientes onde habitam, ou seja, além de ser um projeto de reflexão crítica, o Parlamento Jovem também é prático e eficaz em propiciar um espaço diferenciado para os alunos e monitores sobre vivência de estudos, pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se diferentes opiniões.

O projeto Parlamento Jovem procura sempre ir além das fronteiras das escolas e também incentiva o envolvimento das câmaras municipais em atividades de Educação para a cidadania, buscando ampliar as parcerias. Com relação à Câmara Municipal de Ouro Preto, ela tem sido fundamental para oferecer subsídio técnico e financeiro às atividades desenvolvidas no Projeto. Isso gera uma troca de conhecimentos entre alunos e monitores, pois com a presença de profissionais preocupados com a educação dos jovens e que provem a cidadania, os exemplos ficam mais claros e práticos, gerando assim um maior interesse e entendimento nos alunos.

Assim, o Projeto atua com diversas técnicas e metodologias na busca de construir cidadãos responsáveis e preocupados com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e plural.



Etapas do projeto

O projeto é dividido em três Etapas, sendo elas a Etapa Municipal, a Etapa Regional e a Etapa Estadual, sendo que estas acontecem em diversos lugares, não sendo restrito ao município de Ouro Preto e foram realizadas no decorrer de todo ano de 2015.

a) Etapa Municipal

O projeto é dividido em três etapas, sendo a primeira etapa a Municipal. Essa etapa é subdividida em quatro momentos distintos, que são: a preparação dos monitores com cursos online através da plataforma moodle que é disponibilizada no site da ALMG, a segunda, que já acontece com os participantes, foi a apresentação da Constituição Federal, os poderes da República, os órgãos municipais e a ambientação dos participantes com os monitores. Já a terceira etapa foi a apresentação do tema escolhido e os subtemas, sendo que o último momento foi o ensinamento de como se faz um projeto de lei e a redação desses projetos propostos pelos meninos para o envio a Etapa Regional.

O primeiro momento foi aquele que os monitores foram capacitados para o ambiente plural ao qual eles entraram em contato, os monitores se capacitaram em cursos de formação e educação cidadã na cidade de Belo Horizonte, bem como cursos online que são disponibilizados em plataforma própria do projeto.

O segundo momento, os monitores do projeto apresentam diversos temas jurídicos aos participantes por meio de dinâmicas sobre os três poderes, o processo legislativo, a estrutura normativa do país, a Constituição Federal de 1988. Além de mostrarem aos estudantes como se faz para acompanhar as atividades e votações da Câmara Municipal da cidade. Essa etapa durou três semanas, período em que ocorreu a ambientação dos monitores com os participantes. É comum e proposital que essa etapa tenha menos conteúdo para que se tenha tempo para integração de todos os participantes, bem como a sua apresentação, pois se tratam de estudantes com trajetória de vida bem diferentes uns dos outros.

O terceiro momento foi quando se desenvolveram as atividades ligadas ao tema Segurança Pública e Direitos Humanos. Essa foi feita em 5 oficinas que duraram

aproximadamente 2 meses por meio de oficinas didáticas e informativas que são preparadas pelos monitores do projeto. Estes intercalam as atividades em oficinas expositivas, rodas de conversa, pesquisa de campo, visitas técnicas, dinâmica e atividades de recreação para não deixar o projeto como uma extensão da sala de aula e incentivar os alunos participantes se interessarem pelo projeto.

O quarto momento é a elaboração de oficinas de elaboração dos projetos de lei e a aprovação dos projetos que serão enviados à etapa Regional, sendo que em 2015 a equipe do Parlamento Jovem Ouro Preto levou 18 projetos a etapa supracitada.

b) Etapa Regional

Por sua vez, na Etapa Regional, que foi uma inovação no ano de 2014, é onde os polos, que são uma subdivisão das cidades do estado de Minas Gerais para viabilizar a execução e organização do projeto, se encontram para uma nova plenária em que se votam as propostas aprovadas pelos Municípios. O Parlamento Jovem Ouro Preto é agrupado na equipe do Polo Central, em que estão as cidades de Belo Horizonte, Betim e Ressaquinha. Essa etapa foi realizada em Belo Horizonte na PUC- Minas e teve a presença de mais de 20 jovens de cada cidade que votaram os projetos de lei a serem enviados para a Etapa Estadual.

c) Etapa Estadual

A terceira e última etapa intitulada de Etapa Estadual é onde se elege 3 estudantes para representar cada cidade participante do projeto. Essa etapa é realizada em Belo Horizonte em que a plenária final acontece na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em que os estudantes simulam a votação de projetos de lei igual aos Deputados Estaduais. Após essa plenária, os projetos aprovados pelos jovens é elaborado um documento-base que servirá para os Deputados Estaduais votarem projetos de lei sobre o tema discutido no Parlamento Jovem. Segundo Kelles e Marques:

A terceira etapa, Participação no Parlamento, acontece com o encontro de todos os participantes do PJ na Assembleia Legislativa. Antecipando esse momento, todas as sugestões elaboradas nas escolas são reunidas pela coordenação do PJ em



um documento único, denominado Documento Base. Esse material é reenviado a cada um dos participantes para que todos conheçam o documento. (KELLES, MARQUES, 2010, p.39)

Material

Durante as oficinas foram utilizados meios lúdicos (palestras com convidados, filmes, apresentação de vídeos e slides, dinâmicas de entrosamento...) para que as mesmas pudessem ser mais atrativas aos alunos participantes.

Para o preparo das oficinas foram utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica e exploratórios (dados quantitativos e qualitativos), fundamentais para ampliar o grau de conhecimento nas áreas de trabalhadas (Direito Constitucional, Ciência Política e Sociologia Jurídica). Além de cartilhas já produzidas pelo próprio projeto sobre funcionamento do legislativo, divisão dos três poderes e sobre a Constituição Federal de 1988.

Com duração de duas horas (geralmente das 14h às 16h, compatível com o horário de estudo dos alunos), marcadas às quartas ou sextas (de acordo com a disponibilidade da Câmara Municipal de Ouro Preto – CMOP), sempre se iniciaram com a exposição do tema por uma hora, abrindo-se em seguida tempo de meia hora para a discussão e participação dos jovens, e por igual tempo, dinâmica pedagógica previamente estruturada pelos membros do Parlamento Jovem.

Com forma de estímulo à frequência dos alunos, procurou-se utilizar uma linguagem leve e acessível, mas tecnicamente precisa, multimídias diversas – vídeos, *slides*, palestras com convidados – e até mesmo dois sorteios de materiais escolares fornecidos pela CMOP.

No intervalo entre as oficinas, um monitor da Câmara Municipal e um do Parlamento Jovem iam até as escolas participantes, divulgavam o trabalho feito até então e afixavam no mural as fotos e documentos relativos às atividades do grupo, como forma de criar, dentro do espaço de convívio de cada um dos participantes, identificação e vinculação ao projeto.

Resultados

O Projeto Parlamento Jovem e Educação Cidadã teve frutíferos resultados tendo em vista os objetivos inicialmente por ele propostos. Sessenta jovens das escolas participantes se inscreveram no projeto, e ao longo das atividades os monitores



conduziram estes à formação política e cidadã, a qual teve como resultado a produção de 18 propostas para projeto de lei na Etapa Municipal, objeto de apreciação pelos vereadores da cidade de Ouro Preto em encontro na Câmara Municipal de Ouro Preto para que tomassem ciência das demandas trazidas por jovens de Ouro Preto e dos distritos. Posteriormente, das dezoito propostas foram escolhidas nove a serem apreciadas na etapa regional, de acordo com o cronograma da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Além disso, os participantes do projeto participaram de atividades externas representando o projeto e a cidade de Ouro Preto em atividades na PUC-MG, como os grupos de trabalho da Etapa Regional, e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na etapa estadual, na qual três jovens integrantes do projeto foram até Belo Horizonte, em parceria com a Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), e participaram ativamente da última etapa do projeto (incluindo a presença de uma aluna nas solenidades de abertura do evento). Nessa mesma etapa, cuja abrangência se dá a todo o estado, o Parlamento Jovem Ouro Preto, os três jovens colaboraram para a construção de um documento final que será analisado pelos Deputados Estaduais na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para se tornarem projetos de Lei a partir de 2016.

No que tange à articulação com a pesquisa, o projeto cumpriu seu papel de aprendizados dos monitores que estudaram o tema “Segurança Pública e Direitos Humanos” para ministrar oficinas para os integrantes do projeto, além de discutir temas ligados as disciplinas do curso de Direito como Sociologia Jurídica, Ciência Política e Direito Constitucional. Além de receber capacitação da Escola do Legislativo em atividades realizadas na cidade de Belo Horizonte.

No que tange à articulação com o ensino, os monitores do projeto puderam desenvolver as habilidades típicas do exercício da docência, através do empenho em produzir oficinas de conteúdo e ao mesmo tempo atraentes aos jovens. Interessante notar que os estudantes das escolas não conheciam as dependências da Universidade Federal de Ouro Preto. Assim, durante as atividades, os participantes do projeto foram conduzidos a oficinas em locais diversos na UFOP, seja no Departamento de Direito ou no Auditório do DEGEO, o que tinha como objetivo estimular o interesse deles para o estudo na Instituição.

Um outro resultado de visibilidade do projeto foi a criação de uma página na rede social Facebook intitulada “Parlamento Jovem Ouro Preto” para a divulgação das

atividades do projeto e para promoção do debate sobre o tema discutido no projeto. A página, no dia 14 de abril de 2016, tem 368 curtidas e mais de 20 postagens sobre as atividades e o tema. Essa página tem sido importante mecanismo de contato com os integrantes do projeto, pois recebiam perguntas e aprofundavam temas ministrados nas oficinas, e também com outros municípios que integram o Parlamento Jovem junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Ainda foram oferecidas atividades complementares aos integrantes do projeto como a participação do evento, realizado na UFOP pelo Departamento de Direito e o Centro Acadêmico Pedro Paulo, sobre a “Inconstitucionalidade do Estatuto da Família”, também a visita no Observatório, a Igreja do Carmo e o mirante da UFOP para atividades extras relacionadas ao tema do projeto.

O projeto construiu parceria externa com a Polícia Militar de Ouro Preto, quando, no dia 29 de maio de 2015, Capitão Mendes, Representante do 52º Batalhão, ministrou oficina sobre o tema.

Discussões

O presente trabalho se propôs a demonstrar a execução do projeto Parlamento Jovem e Educação cidadã, com o enfoque na edição do ano de 2015 que abordou o tema de segurança pública e direitos humanos, para isso se utilizou da explanação das etapas e da metodologia adotada pelo projeto.

Convém, por fim, realizar breve comparativo com as edições anteriores do Projeto de extensão Parlamento Jovem e Educação Cidadã. O destaque da edição 2015 é devido à ampla participação e engajamento dos alunos das escolas parceiras, muito superior ao que ocorreu nos anos anteriores. Pode-se atribuir a tal sucesso à familiaridade com o tema escolhido – “Segurança Pública e Direitos Humanos” – cujo debate tocou na realidade vivida por cada membro da comunidade carente de Ouro Preto, despertando nos participantes o interesse em promover mudanças na sociedade. A dedicação especial prestada pelos monitores do projeto viabilizou discussões, estudos sobre o tema, aprimoramento do pensamento político com grande qualidade e enriquecidos pelas palestras oferecidas pelos discentes e profissionais da área de segurança pública.

Ao longo do semestre, o grupo pôde observar o crescimento de cada aluno participante, através da construção de seu pensamento crítico, o aprofundamento no



estudo do tema e a compreensão de conceitos jurídicos e do sistema político brasileiro, pontos que se refletiram na qualidade da elaboração dos projetos de lei que foram produzidos e também na capacidade de discussão política que cada participante pôde desenvolver.

De um modo ainda mais abrangente, esse amadurecimento intelectual dos participantes foi a grande vitória da presente edição do projeto. Discutindo de forma cada vez mais crítica o tema, os alunos da rede pública das escolas contempladas entraram em contato com ideias preciosas sobre a democratização, incorporando seus sentidos e externando-o em suas posturas e opiniões, com o trunfo de representarem, para as comunidades em que vivem, agentes de transformação social.

Referências

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re) Pensando a Pesquisa Jurídica.** 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2006

KELLES, Eugênia; MARQUES, Maria Elizabeth. **Educação política: reflexões e práticas democráticas** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth. **Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto; BAHIA, Alexandre Melo Franco. Como os juízes decidem? Proximidades e divergências entre as teorias da decisão de Jürgen Habermas e Niklas Luhmann. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, p. 61-88, jan. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2009v30n59p61/13590>>. Acesso em: 28 jun.2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** São Paulo: Cortez, 1985